



BOLETIM DA PLENÁRIA DE REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO TERCEIRIZADOS (MGS)

Terça-feira, 26 de março de 2024 • às 14h

Informes

1. Reunião com a MGS sobre Demissões
2. Plebiscito em defesa das estatais
3. Ato em descomemoração aos 60 anos do Golpe Militar

1. DEFESA DO EMPREGO

Sind-REDE/BH e MGS se reúnem para debater prorrogação do prazo das demissões

Sindicato se articula para que trabalhadores já aprovados permaneçam no cargo até convocação e busca solução aos trabalhadores não aprovados.

Na última semana, a diretoria colegiada do Sind-REDE/BH reuniu-se com representantes da MGS para debater a situação funcional dos trabalhadores da empresa após o vencimento do prazo para cumprimento da decisão judicial que determina a demissão de todos os trabalhadores emigrados das Caixas Escolares, em função do cumprido o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) estabelecido em acordo com a Prefeitura e o Ministério Público.

A última decisão da Justiça, expedida pelo juiz titular do Trabalho, Cleber Lucio de Almeida, e posteriormente confirmada pelo colegiado da 21ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, estendeu o prazo para o cumprimento do TAC em 12 meses, estabelecendo o dia 14/07/2024.

O Sindicato reivindica que o prazo seja estendido por tempo indeterminado, até que os 674 trabalhadores emigrados das Caixas Escolares e aprovados nos últimos processos seletivos sejam convocados. Pois o desligamento destes trabalhadores coloca em risco o funcionamento das escolas.

A diretoria colegiada do Sind-REDE/BH também reivindica que a situação dos 362 trabalhadores remanescentes que não foram aprovados seja considerada como de vulnerabilidade social, e que seus empregos sejam mantidos até a aposentadoria, pois são em sua maioria pessoas mais velhas, com baixa ou nenhuma escolaridade.

A MGS manifestou acordo com os pleitos do Sind-REDE/BH, e discutiu possíveis articulações para que essas demandas sejam encaminhadas e o prazo seja adiado pela Justiça.

A história se desenrola desde maio de 2018, quando o TAC foi firmado. Na época, 6645 trabalhadores estavam em situação de contratação irregular e deveriam ser substituídos. Ao longo desses 6 anos, após muitas lutas e mobilizações da categoria e a realização de diversos processos seletivos por parte da MGS, apenas 362 trabalhadores não aprovados remanescem em atividade.

2. PLEBISCITO EM DEFESA DAS ESTATAIS

Defender as empresas estatais é defender o nosso estado

Movimentos sociais têm se mobilizado pela realização de um Plebiscito Popular contra as privatizações de Zema

Atualmente, todos os mineiros e mineiras têm o direito constitucional de serem consultados sobre a privatização da Cemig, da Copasa e da Gasmig.

Esse mecanismo de participação popular foi criado devido à importância que essas empresas estatais têm para a população de Minas Gerais, contribuindo com a garantia do acesso a direitos básicos, com a redução das desigualdades sociais e regionais e

com o desenvolvimento de nosso estado. É o caráter público dessas empresas que garante que milhares de famílias tenham acesso à água, energia e saneamento.

Infelizmente, o governador Romeu Zema (Novo) não pensa assim e quer tratorar o povo através de uma PEC que retira a necessidade de um plebiscito para as privatizações. A proposta ficou conhecida como “PEC do Cala Boca” ou “PEC do Medo do Povo” e já está em tramitação na ALMG.

Além da Cemig, Copasa e Gasmig, Zema também quer privatizar a Codemig e Codemge, que, apesar de não estarem protegidas pelo mesmo mecanismo, também são empresas estratégicas do estado.

Além de não fazer qualquer sentido estratégico privatizar nossas fontes de água e energia, a privatização não faz nenhum sentido econômico, pois a Cemig e a Copasa são empresas lucrativas que repassaram mais de R\$ 2,5 bilhões aos cofres públicos nos últimos 5 anos.

A gente conhece muito bem como funciona a lógica da empresa privada. Só pensam em reduzir os custos e aumentar os lucros para os acionistas. Se essa ação se concretizar, medidas como corte de subsídios aos mais pobres, piora nos serviços, possibilidade de corte de abastecimento em municípios menos lucrativos, aumento das contas de água e luz, demissão dos trabalhadores e aumento da terceirização, que também aumenta o número dos acidentes de trabalho.

O que nos leva a questão. Qual a intenção do governador com essa privatização? Zema argumenta que o objetivo da privatização é pagar parte da dívida de R\$ 160 bilhões do estado com a União, com a adesão no Regime de Recuperação Fiscal.

Contudo, com a pressão dos movimentos sociais, parlamentares se moveram por alternativas, através da ALMG, do Senado e até do próprio Governo Federal (que é o credor da dívida), propondo alternativas à privatização. Como a Federalização da Cemig, Copasa e Codemig. Mesmo sendo melhor que a entrega para o setor privado, a federalização precisa ser melhor debatida com o povo mineiro, para que se crie mecanismos para que este não seja só mais um passo para a privatização dessas empresas no futuro.

É possível virar o jogo!

Os plebiscitos populares são ferramentas de disputa de ideias na sociedade em torno da defesa e conquista de direitos. Eles expressam o ápice da participação popular organizada pelo povo, com o povo e para o povo.

Se o Governo Estadual se recusa a fazer o plebiscito, nós mesmos o faremos e mostraremos que os trabalhadores de Minas Gerais são contrários à privatização.

O Sind-REDE/BH aderiu a construção do plebiscito e ajudará na distribuição de materiais, constituição dos comitês populares nas escolas e na realização de seminários regionais nas comunidades sobre o tema.

O período de votação será entre os dias 19 de abril e 1º de maio de 2024.

VENHA FAZER PARTE DA CAMPANHA

Escaneie o Código QR:



Contato:

Flávia (31) 98814-1416

3. 60 ANOS DO GOLPE

Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça. Ditadura nunca mais!

Em respeito às vítimas e seus familiares, não podemos passar uma borracha nos crimes do regime militar. Ato público 01/04, às 16h, Em frente ao antigo DOPS.

Perseguições, demissões, prisões, torturas, terror e morte. Esse é o perfil do regime militar imposto no Brasil em 1964. Mas houve resistência, e muita. Estudantes, trabalhadores, camponeses, classe artística. Foram protestos, manifestações gigantescas, e por fim, as grandiosas greves da



Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte

sindrede.org.br | Av. Amazonas, 491, 10º andar - Centro - Belo Horizonte / MG